



OMR
Observatório do Meio Rural

Documento de Trabalho

Observador Rural

**2014: ANO INTERNACIONAL DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

INVESTIMENTO NO SECTOR AGRÁRIO

João Mosca e Yasser Arafat Dadá

Nº 14

Março 2014

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

Em 23 de Novembro de 2013, as Nações Unidas lançaram o ano internacional da agricultura familiar 2014 (AIAF). Nessa ocasião, o Director-Geral da FAO proferiu um discurso, do qual se destacam os seguintes extractos:

Necessitamos reposicionar a agricultura familiar de forma que ocupe um lugar prioritário nos programas nacionais e regionais.

... Os governos desempenham um papel fundamental liderando o apoio para que a agricultura familiar possa alcançar o seu potencial.

... nada se assemelha mais ao paradigma da produção alimentar sustentável que a agricultura familiar. Os agricultores familiares desenvolvem habitualmente actividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhes outorga um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade.

INVESTIMENTO NO SECTOR AGRÁRIO

João Mosca e Yasser Arafat Dadá¹

1. INTRODUÇÃO

O investimento é, certamente, um factor com grande influência sobre a produção, por via do aumento de novas capacidades produtivas, da modernização do tecido produtivo, através da inovação, mais eficiente e com maior produtividade. Novas capacidades produtivas significam mais emprego, mais renda para as famílias e aumento de impostos. Mais exportação e/ou menos importações. Pode implicar mais segurança alimentar, dependendo dos tipos de investimentos realizados (tipos de produtores, culturas e mercados de destino dos bens produzidos). Pode significar transformação estrutural da economia e do sector agrário.

Importa estudar como tem evoluído o investimento no sector agrário, em resumo, como se distribui por subsector, as fontes de financiamento (Estado e privado, e recursos internos e externos), em que áreas (infra-estruturas produtivas – regadios, investigação, extensão, serviços de apoio à produção, etc.) e os efeitos sobre a produção.

Além da introdução, este texto possui sete secções. A segunda secção faz um breve enquadramento teórico. Na terceira secção, é feita uma breve contextualização do investimento agrário. A metodologia refere-se, de forma sumária, aos procedimentos, tratamento e análise da informação. A secção cinco apresenta, em forma de gráficos, sob diversas perspectivas, os dados do investimento. Na sexta secção, é realizada uma análise econométrica, na procura de estabelecer as correlações entre as variáveis que, teoricamente e com base nas restrições de acesso à informação estatística, mais podem influenciar as variações da produção. A sétima secção é destinada à apresentação do ambiente de negócios em Moçambique, com ênfase para o sector agrário. Finalmente, apresenta-se um resumo e são apresentadas algumas lições de políticas. São apresentados bastantes gráficos e a análise é realizada a partir de diferentes perspectivas, o que pode dificultar a compreensão de uma leitura mais “corrida”.

2. BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O investimento é indispensável para a manutenção do capital fixo e circulante, assim como é condição para a introdução de novas capacidades produtivas. Existem, ainda, actividades, como por exemplo a investigação que possui, sobretudo, efeitos a médio e longo prazo, que devem ser consideradas como investimento.

Não menos importante que o investimento bruto² (total investido num determinado período) é o investimento líquido, obtido, reduzindo as amortizações (conceito contabilístico³) ao investimento bruto. Deste resultado, adiciona-se ao capital fixo existente no fim do período anterior e verifica-se se o *stock* de capital aumentou ou diminuiu. Sendo o capital um factor de

¹ João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia rural. Director e investigador no Observatório do Meio Rural. Professor Catedrático na Universidade Politécnica.

Yasser Arafat Dadá, licenciado em Economia pela Universidade Politécnica. Assistente de Investigação no Observatório do Meio Rural.

² Geralmente, quando se refere ao investimento, trata-se do conceito do investimento bruto.

³ As amortizações representam a depreciação física média de um capital, ao longo de um período e o nível de obsolescência tecnológico ou dos equipamentos. Enquanto as amortizações são, em geral, constantes, ao longo dos anos, a depreciação pode ser variável em função de vários factores (por exemplo, intensidade e qualidade de utilização). O obsolescência depende, também, de vários factores, sobretudo do surgimento de capital tecnologicamente mais moderno (e, em princípio, de maior produtividade, eficiência, facilidade de utilização, qualidade, etc.).

produção essencial, o *stock* existente mede, de alguma forma, a capacidade produtiva de uma economia, sector ou empresa⁴.

O investimento realiza-se com base em poupanças, seja das famílias, empresas, Estado, economia ou através de poupanças externas. A balança de acumulação (poupança-investimento) de cada um dos sectores da economia⁵ pode ser negativa ou positiva. Em qualquer caso, dificilmente existem situações de autofinanciamentos absolutos, implicando, assim, transferências de recursos entre agentes económicos, sectores e economias. Os fluxos de recursos entre aforradores e investimentos realizam-se, regra geral, através do sistema bancário (formal e informal) do orçamento do Estado, da cooperação internacional e do sector externo (balança de pagamentos). Isto é, os verdadeiros financiadores dos investimentos são os agentes económicos aforradores e não os mecanismos/instituições que procedem às transacções de capitais.

Vários aspectos devem ser analisados na realização dos investimentos. Existem técnicas que não importa descrever neste texto, como são os cálculos da taxa interna de rentabilidade, do período de recuperação do capital, do valor actualizado ou final, assim como análises económicas (como, por exemplo, o custo de oportunidade, as opções públicas do investimento, análises de risco, a análise custo-benefício, etc.). Existem ainda estudos sobre os benefícios e custos sociais e ambientais. Em resumo, as decisões de investimento carecem de estudos aprofundados, de forma a garantir a sustentabilidade financeira (capacidade de cumprimento dos compromissos dos empréstimos), económica (medida pelos custos *versus outputs* acrescidos, ou a designada análise custo-benefício a nível micro e macro), ambiental (de forma a assegurar a não deterioração quantitativa e qualitativa dos três elementos fundamentais do ambiente – terra, ar e água), dos recursos naturais (respeitando o princípio da exploração de recursos renováveis e não renováveis) e sociais (assegurando que os cidadãos não mudam, para pior, as condições de vida, rendimento, bem-estar, de acesso aos serviços e mercados, etc.).

As condições de realização de investimentos dependem de vários factores que, em resumo, se pode assumir estarem contempladas no indicador *Doing Business* (ambiente de negócios), ou, ainda, o índice de confiança dos empresários, numa determinada economia. Os investidores podem assumir determinadas situações menos favoráveis, reflectindo-se em medidas de anti-risco, nos preços dos bens e serviços produzidos (desde que o mercado o permita), em determinadas taxas de rentabilidade e período de retorno do capital, na redução de determinados custos (por exemplo, na responsabilidade social corporativa, em benefícios sociais para os trabalhadores, na qualidade dos investimentos), entre outros. No entanto, os investidores são muito adversos ao risco da imprevisibilidade e variabilidades constantes da economia e da política económica, da estabilidade política e social e das condições de segurança.

Os sectores priorizados pelo Estado revelam, claramente, a política pública e respectiva ideologia do governo e/ou do partido político (ou coligação) que forma o poder executivo. No entanto, regra geral, não existem estudos que suportam as opções do investimento público. São, na maioria das ocasiões, decisões de natureza política e, eventualmente, com fins eleitoralistas. Ou, investimentos de longo prazo, cujas lógicas e critérios ultrapassam as análises utilizadas para as empresas, como, por exemplo, serviços públicos (educação, investigação e saúde), infra-

⁴ A função clássica de produção (também designada da função Cobb-Douglas), para além do capital, inclui o factor trabalho, terra (em alguns autores incluído no capital). Posteriormente, ao longo de décadas, as diferentes contribuições das teorias do crescimento económico e da economia empresarial acrescentaram a tecnologia, a gestão, as instituições e outros factores de produção. Os principais debates acerca das funções de produção residem na linearidade e no facto de, em determinadas condições, as funções explicarem, muito parcialmente, o comportamento do crescimento económico, podendo, então, concluir-se ser um modelo não ajustado a determinadas realidades.

⁵ Nos manuais de economia, são considerados sectores da economia as famílias, empresas, sistema financeiro (banca), sector externo e Estado. Outras literaturas referem-se aos sectores produtivos (agricultura, indústria, serviços etc.).

estruturas (redes de estradas, caminhos-de-ferro, comunicações, etc.), que têm por objectivo modernizar um país, criar as condições para a competitividade das economias e dos tecidos empresariais, desenvolver a imagem de um país, melhorar a segurança e bem-estar dos cidadãos e os investimentos associados à defesa e segurança. Nestes casos, surge o debate entre as prioridades de curto e médio prazo, com as opções cujos efeitos são de longo prazo, entre os benefícios sociais e dos cidadãos individualmente (equidade social) e as medidas que criam mais competitividade e eficiência económica.

As opções públicas podem ser decididas com mais ou menos soberania nacional, dependendo, sobretudo, da fonte de recursos. Se estes forem maioritariamente financiados por donativos, então, pode haver sujeição a filosofias e critérios concebidos pelos doadores, mesmo que com discussão nas instituições locais. Por outro lado, ficam sujeitas aos calendários e tempos de vigências dos programas e projectos. Consequentemente, a continuidade no tempo pode ser comprometida.

O investimento privado procura, naturalmente, a maximização de objectivos (geralmente é referida a margem bruta – lucro) e a minimização de riscos, condicionado pelas restrições dos factores disponíveis. Pode, ainda, haver a maximização da extracção de recursos (principalmente de recursos naturais) para o exterior (exportação), sem que os lucros nas economias onde se extrai o recurso sejam fundamentais. Nestes casos, a lógica da maximização dos lucros enquadra-se no âmbito das fases das cadeias produtivas no exterior.

Os investimentos, em grandes projectos e enquadrados em cadeias produtivas transnacionais, analisam as viabilidades e sustentabilidades no âmbito dos países provenientes do capital, ou onde se localizam as fases produtivas de maior lucratividade. Em consequência do volume de investimentos, dos *lobbies* associados e da intermediação intergovernamental, a implantação desses grandes investimentos está associada a factores de localização industrial⁶, diferentes dos pequenos e médios investimentos. Os megaprojectos estão dependentes das facilidades políticas e de operação local⁷, dos preços internacionais e dos custos de transporte entre os portos de embarque e os locais de consumo. Estes grandes investimentos fluem em função da existência de recursos (quantidade, qualidade e viabilidade de exploração na lógica multinacional) e não principalmente das políticas e ambientes de negócios locais.

Os investimentos no sector agrário assumem, nos últimos anos, novas dinâmicas. Podem ser destacados quatro tipos de investimentos estrangeiros na agricultura.

- A compra de terras por estrangeiros generalizou-se sobretudo em África⁸, como medida de longo prazo, considerando as estimativas de escassez de alimentos e consequente subida dos preços nos mercados internacionais. As possibilidades de escassez de solos férteis e de água incentiva a compra de terra, para fins de reserva de património e valor e, eventualmente, a médio prazo, para fins especulativos.
- Investimentos que representam alianças entre o capital financeiro, extractivo e agrário (*agribusiness*) em vastas zonas, podendo colocar em causa a soberania de partes de territórios, em países ou de implantação transnacional⁹.

⁶ Existe uma vasta literatura acerca da localização industrial. São conhecidas as teorias das vantagens comparativas e competitivas, cujos elementos podem variar no tempo e no espaço. Factores associados às instituições, ambiente, política e outras, têm vindo a ser acrescentadas no debate teórico.

⁷ Como, por exemplo, benefícios fiscais, pagamentos de *royalties*, estabilidade política e social (principalmente se não forem explorações *of shore*), custos de transportes locais, qualificação de mão-de-obra, entre outros.

⁸ Segundo a Land Matrix e o Deutesch, a aquisição de terras por estrangeiros no mundo somou, durante a primeira década do século XXI, em África, 56 milhões de hectares. Em segundo lugar, encontra-se a Ásia, onde foram comprados 18 milhões de hectares. Em média, no mundo, 31% dessas aquisições destinaram-se para a “lavoura alimentícia”, 26% para “outras lavouras”, 26% para lavouras mistas e 17% para múltiplos usos.

⁹ Como, por exemplo, o ProSAVANA, que envolve os governos de Moçambique, Brasil e Japão.

- Investimentos em produção de *commodities* comercializáveis, com destino a países com défice de alimentos ou matérias-primas, no âmbito de cadeias de valor de produção agro-pecuária e agro-industrial.
- Produção de alimentos para abastecimento do país investidor (neste caso, são investimentos públicos ou em parcerias público-privadas)¹⁰.

Os investimentos com implantação em vastas áreas têm implicações que podem gerar situações de conflitualidade. Destacam-se as seguintes:

- A ocupação de terras em zonas de densidade populacional elevada, com programas não inclusivos nem transparentes, implicando reassentamentos de populações em condições desfavoráveis, comparativamente às condições pré-existentes de produção, acesso aos serviços e mercados, oportunidades de criação de negócios, entre outros aspectos. A possibilidade de exclusão de camponeses das terras, consuetudinariamente suas e a eventualidade de criação do fenómeno político, social e económico dos sem-terra¹¹.
- A introdução de tecnologias intensivas em capital, desajustadas das realidades socioeconómicas e relativamente às condições naturais, com efeitos positivos e negativos sobre os sistemas locais de produção. Positivos, se as novas tecnologias forem expandidas e assumidas pelos produtores locais, delas existem maiores produtividades e rendimentos, e se os riscos e as dependências das instabilidades dos mercados forem reduzidos. Negativos, se não existir a assumpção dessas tecnologias, reflexos positivos sobre a produtividade e rendimentos das famílias e acontecerem fenómenos de perda de terra sem opções suficientes de emprego.
- Eventuais feitos ambientais derivados da intensificação na utilização de produtos químicos, mecanização e eventualmente sementes e bens geneticamente modificados.
- A percentagem do valor acrescentado, localizado nos países produtores, é geralmente baixo, considerando as exportações dos bens não ou pouco transformados¹².

Como aspectos positivos, são apresentados os resultados produtivos das empresas investidoras, o emprego criado, as exportações e os contributos fiscais, o efeito sobre o crescimento económico, a introdução de novas tecnologias e seus efeitos de imitação sobre outras culturas, a modernização da produção com competitividade do sector e a eventual emergência de um tecido económico local prestador de serviços em organizações de *clusters* ou do agro negócio. Estas vantagens necessitam ser estudadas em cada caso, considerando as variabilidades destes efeitos no tempo e espaço.

A questão central é saber se é possível, na prática, encontrar equilíbrios entre a maximização dos objectivos empresariais e do investimento, com a verificação dos efeitos sociais e ambientais negativos e, simultaneamente, existir um desenvolvimento inclusivo, beneficiando a maioria da população nos locais de implantação dos investimentos. O problema é que a redução ou não dos efeitos negativos possui elevados custos. Mais acentuada é esta questão, quando o Estado não possui recursos para realizar a investigação adaptativa das tecnologias introduzidas, não possui redes de extensão rural (ou esta é débil), quando há uma limitada capacidade de

¹⁰ Por exemplo, Cabo Verde adquiriu terras e possui empresas de produção de alimentos no Paraguai, cujo destino é a exportação, para Cabo Verde, desses bens.

¹¹ Há uma vasta literatura que refere estes efeitos, a partir dos programas associados com as revoluções verdes, em vários países. Para um estudo crítico sobre as “revoluções verdes”, veja-se, por exemplo, Griffin (1974). Sobre o conceito de “modernização” na agricultura, Graziano da Silva (1980), numa aplicação ao Brasil, e Bernstein (1990) abordam teoricamente esta questão.

¹² Segundo Abbas (2013), citando Grobe-Rüschkamp e Seelige (2010), cerca de 18% do valor acrescentado da cadeia de valor do caju moçambicano é realizado no país. Chossudovsky (2003) revela que a “gigantesca discrepância entre o preço de fábrica no país de origem e o preço a retalho nos países desenvolvidos (266 dólares – 38 dólares = 228 dólares)”, é justificado, essencialmente, pelos lucros ao longo das cadeias produtivas, custo de transporte e armazenamento e tarifas alfandegárias, nos países desenvolvidos. O mesmo autor estima que apenas 3,7 por cento dos ganhos ficam nos países em desenvolvimento” em Mosca (2004:109 e 110).

monitorização dos investimentos ou quando as relações e os contratos entre os investidores e o Estado não são transparentes.

Um dos modelos mais utilizados é o da subcontratação dos pequenos produtores¹³. Em resumo, são fornecidos insumos com crédito ou não pela empresa interessada ou pela rede comercial, é realizada extensão rural pela empresa privada ou através do sistema nacional de extensão para a promoção das culturas e das tecnologias, é feita a aquisição dos bens pela empresa concessionada ou em regime de concorrência. Este modelo é vantajoso para as empresas concessionadas, pelas seguintes razões principais: (1) reduz o investimento e o risco; (2) diminui o número de trabalhadores directos e outros custos de produção; (3) instala-se uma estrutura de mercados de monopólio com as respectivas vantagens negociais, sobretudo sobre os preços e demais termos dos contratos com os pequenos produtores; (4) aumenta o poder de influência junto das instituições públicas locais, devido à importância da cultura e das empresas no território. São considerados riscos, para os pequenos produtores, os seguintes: (1) alteração dos sistemas de produção e a possibilidade de criação de rupturas sem transições tecnológicas, com consequências sobre a produção; (2) dependência de insumos e dos preços internacionais, derivada da integração do pequeno produtor no mercado internacional; (3) relação desequilibrada com as empresas concessionárias, quando em regime de monopólio; (4) eventual concorrência entre bens alimentares e de rendimento¹⁴, com possibilidade de insegurança alimentar; (5) a introdução tecnológica de forma parcial, sem que existam mudanças, nos mercados, de factores e de bens, em outros investimentos (regadios, assistência técnica, estradas, rede comercial, etc.), provocando obstáculo à aplicação sustentada das novas tecnologias e à venda da produção. Há também vantagens, nomeadamente: (1) incremento do rendimento das famílias, sobretudo nos anos em que os preços são favoráveis; (2) efeito imitação tecnológica, beneficiando as culturas alimentares, incluindo a utilização de insumos destinados a culturas de exportação, aumentando a produtividade; (3) assistência técnica e extensão rural da empresa concessionada; e, (4) garantia de aquisição da produção.

Existem vantagens nos investimentos em produtos específicos para exportação, aproveitando competitividades e vantagens comparativas. Nestes casos, os investimentos são realizados por empresas com mercados assegurados (ou não), em produtos para industrialização e não produzidos nos países desenvolvidos, por razões das condições de solos, clima, disponibilidade de terras, ou outras. Ou, simplesmente, porque é mais competitivo realizar essas produções, em países em desenvolvimento. Estas opções podem (e devem) ser vistas no âmbito de novas configurações da divisão internacional do trabalho, em função dos alimentos, da concentração produtiva das economias desenvolvidas, em sectores e tecnologias de última geração e de maior produtividade e em lógicas de competitividade entre países e blocos económicos à escala mundial.

O ambiente de negócios é um elemento fundamental para o investimento, assim como a confiança dos investidores, num determinado contexto e a competitividade da economia¹⁵.

3. CONTEXTO DO INVESTIMENTO NO SECTOR AGRÁRIO

Os investimentos na agricultura em Moçambique são, principalmente realizados por capitais externos. Reiniciam-se, principalmente, depois de finais do século XX. Os sectores agrário e da agro-indústria, representam 27% do total do investimento privado, realizado na economia e idêntica percentagem relativamente ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Cerca de 16%

¹³ Sobre este debate, veja, por exemplo, Isabela Nogueira de Morais (2013).

¹⁴ Este debate é longo. Muitos estudos referem a concorrência destes bens nas opções produtivas dos agricultores, sobretudo, quando não existem mudanças tecnológicas com alocações acrescidas de factores (terra, trabalho e capital).

¹⁵ Sobre estes e relacionado com o caso de Moçambique, consulte Mosca, Barreto, Abbas, e Bruna (2012) e Mosca, Abbas, e Bruna (2013).

do total do investimento directo nacional (IDN) destina-se aos mesmos sectores. O IDN representa 3% do total do investimento realizado no sector.

A maioria dos investimentos concentra-se nos seguintes produtos: açúcar, algodão, caju, florestas, madeira e tabaco¹⁶. Existem, também, investimentos na pecuária extensiva (gado bovino e nas hortícolas e frutas (banana e citrinos). Exceptuando os investimentos na pecuária e nas hortícolas, as restantes são *commodities* e destinam-se, principalmente, à exportação, apenas com uma transformação local necessária e prévia.

Muitos dos investimentos baseiam-se no modelo da subcontratação (algodão, caju, madeira e tabaco) e, crescentemente, no caso do açúcar¹⁷. Este produto tem priorizado o mercado interno, fazendo reduzir as importações para valores pouco significativos e apenas para determinados tipos de açúcar.

Cada cultura possui razões próprias para que o investimento se tenha realizado. Tem importância destacar:

- O investimento no açúcar é realizado sobretudo por capitais da África do Sul, Maurícias, França, e Portugal, cuja razão principal é o benefício da inclusão de Moçambique no âmbito do programa STABEX, com a União Europeia, com quotas fixas de volumes de exportação e preços garantidos, independentemente do mercado internacional.
- O algodão é uma cultura “tradicional” na economia moçambicana, introduzida de forma forçada nos anos trinta do século XX e cujas principais empresas permaneceram em Moçambique após a independência.
- Moçambique foi já o maior produtor e exportador mundial de caju¹⁸. Actualmente, o investimento realiza-se, principalmente, na comercialização e na primeira industrialização para exportação. A partir de 2005, o volume de exportações de castanha em bruto começou a reduzir, atingindo o nível mais baixo em 2011, onde apenas 10% da castanha comercializada foi exportada, Abbas (2013).
- É de notar que entre 2005 e 2009, em média, 30% da castanha comercializada em Moçambique destinava-se às fábricas de processamento. De acordo com o INCAJU (2010), a redução do nível relativo de absorção da castanha pela indústria local deve-se a um rápido crescimento das quantidades comercializadas e um lento crescimento das quantidades processadas pelas fábricas. O investimento nas árvores reduz-se à difusão de plantas de novas variedades, resultantes da investigação no Instituto Nacional do caju (INCAJU).
- Os investimentos em florestas são, principalmente, de grandes investimentos em plantações e corte, com resultados a longo prazo. A implementação destes investimentos tem tido, parcial ou totalmente, as dificuldades referidas acerca da implantação de investimentos que ocupam extensas superfícies de terra. O corte de madeira tem-se confrontado com graves problemas de “predadorismo”, exportação ilegal, sobre corte de espécies preciosas, dificuldades de fiscalização, entre outros aspectos.
- A cultura do tabaco foi beneficiada por investimentos privados, em parte, como reflexo das consequências da reforma agrária do Zimbábue.
- Os investimentos em frutas (banana e citrinos) são reduzidos e procuram recuperar plantações coloniais e, posteriormente, das empresas estatais (citrinos e banana). Exceptua-se o investimento em banana, nas províncias de Nampula e Maputo.

¹⁶ Veja Mosca e Natacha (2012).

¹⁷ Resultados preliminares de trabalhos de pesquisa em curso no Observatório do Meio Rural (OMR).

¹⁸ Em 1972, a produção da castanha de caju atingiu o seu ponto mais alto, e a comercialização alcançou cerca de 216 mil toneladas, passando assim, Moçambique a ocupar o lugar de maior produtor e exportador mundial, Kanji et al (2004), em Abbas (2013). Em 1973, as exportações moçambicanas representavam cerca de 40% do mercado mundial. Actualmente não ultrapassa os 2%, Abbas (2013).

- A pecuária e as hortícolas são produzidas, principalmente, por pequenos e médios investidores nacionais, beneficiando-se de créditos bancários e subsídios¹⁹.

Não menos importante que o investimento bruto realizado, são as perdas de capital que têm acontecido ao longo de várias décadas e cujas consequências e custos são difíceis de mensurar. Não existem estudos que determinem as causas e suas influências sobre a perda de capital fixo produtivo no sector agrário. Comumente, são referidas as seguintes razões: conflito armado; políticas agrárias desajustadas, descontinuas, incoerentes e inquinadas para os centros urbanos (as chamadas políticas de *urban bias*); reduzida capacidade financeira do Estado; privatização caótica, apressada, muitas vezes pouco transparente e sem estratégias alternativas; e, baixo investimento privado no sector, por razões diversas.

Destacam-se as perdas mais importantes de capital:

- Perda da fertilidade dos solos, por erosão, aumento da densidade demográfica crescentemente concentrada e práticas culturais agressivas contra a natureza.
- Perda em mais... do maior palmar do mundo localizado na Zambézia²⁰ que fazia de Moçambique o primeiro exportador de copra.
- Abandono das plantações de chá, sendo a então Empresa Moçambicana de Chá (EMOCHÁ E.E.) a segunda maior empresa produtora de chá do mundo²¹.
- Perda das plantações de caju. Matule (2012) considera que existem 38 milhões de cajueiros nas explorações agrícolas. De acordo com dados do TIA (2007), em Matule (2012), dos 38 milhões de cajueiros: (1) 12.5% estão em fase de crescimento; (2) 61% em produção de cruzeiro; (3) 21.5% são cajueiros velhos; e, (4) 5% são cajueiros plantados recentemente. A idade do parque cajuícol, acrescido dos problemas de pragas e doenças, queimadas, deficiente manutenção e baixa extensão rural e assistência técnica, implicam uma baixa produtividade de entre 2 e 4 quilos por árvore, Abbas (2013).
- Abandono de grande parte das plantações de citrinos.
- Desactivação, manutenção deficiente ou mesmo abandono de sistemas de regadio²².
- Redução, em muitas espécies de animais bravios, em mais de 90% dos efectivos²³ e perda de um dos ícones da imagem de Moçambique, o Parque Nacional da Gorongosa²⁴.

¹⁹ Veja o Observador Rural Nº 13, Subsídios à Agricultura

²⁰ Doença letal do amarelecimento do coqueiro é a principal razão da perda das plantações. Estima-se que a perda de árvores ultrapassa os 25% do palmar na província da Zambézia.

²¹ Entrevista a Marco Basto, então Director da EMOCHÁ, E.E., em Mosca (2010:54).

²² Segundo o último Censo Agro-Pecuário (CAP), citado no Programa de Apoio à Intensificação da Agricultura e Pecuária em Moçambique, apenas cerca de 34% da área irrigada era utilizada (fonte de 2008). Mais de 78% dos regadios possuía áreas superiores a 500 hectares. Observa-se, ainda, no mesmo documento, que cerca de 80% das áreas utilizadas eram em sistemas de grande dimensão. A partir de 2010, existem avultados investimentos em regadios de pequena e média dimensão, suportados por recursos externos.

²³ Em 2006, os efectivos representavam as seguintes perdas, em relação à existência em 1972: elefantes, 89%; hipopótamos, 97%; búfalos, 100%; zebras, mais de 99%; leões, 90%; elandes, 90%; Impalas, 50% e kudus, 50%. Dados recolhidos da palestra proferida por João Viseu no Seminário sobre a Economia de Sofala, realizada na Universidade Jean Piaget, na Beira, a 23 e 24 de Setembro de 2008. Em Mosca (2010: 185).

²⁴ Existe um projecto de reabilitação do parque nacional da Gorongosa (PNG). Embora com resultados positivos, muitas dificuldades existem, como, por exemplo, a persistência da caça furtiva, baixo investimento, agressões ambientais na zona do ecossistema envolvente do PNG (desflorestação, queimadas, agricultura nómada, garimpismo, etc.) com efeitos sobre a qualidade e quantidade de água e o assoreamento do lago UREMA, principal fonte de abeberamento dos animais do PNG (em *Short description of Water and Land use issues affecting the Ecological Sustainability and Economic Value of Gorongosa National Park*, gentilmente cedido em base digital por Franziska Steinbruch, Manager Scientific Services do PNG (2009).

- Diminuição significativa da área florestal e sobretudo das espécies de maior valor comercial.

Embora não constituam capital agrário, existem outros patrimónios²⁵ que, directamente, influenciam a actividade agrária. Destacam-se os seguintes:

- O abandono e não recuperação da rede comercial, no meio rural, que constituía um canal privilegiado de transmissão das relações campo-cidade e um sector dinamizador da economia, através do abastecimento, da comercialização de bens produzidos no meio rural, sobretudo pelos pequenos produtores. Em muitas ocasiões, concedia crédito, criava emprego e gerava mais procura, com efeitos sobre aumentos da produção impulsionada pelo desejo de satisfação crescente das necessidades de consumo das famílias e de melhoria do nível e condições de vida. Existiam cerca de 5.000 cantinas no meio rural²⁶. Actualmente, o comércio rural é realizado, essencialmente, pelos agentes económicos informais, que se limitam a vender bens (geralmente importados) e por compradores de excedentes agrícolas, de carvão e lenha, a maioria dos quais ocasionais que actuam no meio rural em momento de colheitas das culturas.
- A deterioração da rede secundária e terciária de estradas (chamada rede de proximidade ou vicinal), dificultando a articulação do território e a mobilidade de pessoas e bens. Em consequência, ou existem excedentes não escoados, ou multiplicam-se os comerciantes (compradores-vendedores) entre os locais de produção e o destino final, encarecendo os bens ao consumidor²⁷.
- Existiu um importante aumento do capital humano em técnicos agrários. Não é fundamental, neste trabalho, quantificar o número de técnicos e, sobretudo, saber das ocupações em actividades directa e indirectamente produtivas. Não obstante, o incremento da formação superior esteve descompensado com a formação técnica e profissional resultante do encerramento ou não priorização do ensino técnico-profissional. Há escassez de técnicos de diferentes níveis (mecânicos, electricistas, operadores de máquinas, gestores, contabilistas, técnicos básicos agrários, etc.).
- Existiram gastos elevados no OE em rubricas de “capacitação institucional”, como foi o caso do PROAGRI I e, parcialmente, o PROAGRI II²⁸. Persistem dúvidas sobre a eficácia dessa capacitação, considerando a natureza dos gastos (principalmente em edifícios, viaturas, contratação de técnicos e alguma formação) e o aumento da

²⁵ Nos *bullets* abaixo estão indicados, de forma breve, o capital social e as instituições.

²⁶ Leite (1999: 4), afirma que, em “1982/83, cerca de 5.000 retalhistas asseguravam com sucesso a comercialização agrícola. ... A agudização da guerra nas zonas rurais levará à destruição desta rede retalhista, estimada, em finais da década de 80, em menos de 2.000 unidades”. Deste modo, grande parte da rede comercial rural foi destruída duas vezes, em menos de dez anos. Antes do conflito armado e em consequência da saída dos comerciantes estrangeiros, grande parte da rede comercial ficou paralisada. Constituiu-se a empresa lojas do Povo para gerir a rede comercial abandonada. Porém, os inúmeros problemas de gestão conduziram ao encerramento da mesma.

²⁷ “As políticas do lado da oferta não são suficientes. Alguns autores consideram que nos países em desenvolvimento, “a produtividade tanto dos trabalhadores como dos camponeses depende da acessibilidade a mercadorias incentivadoras”, (Fitzgerald, 1988). Este argumento enquadra-se no contexto das políticas macroeconómicas que sugerem que a procura constitui um importante mecanismo impulsionador do crescimento e dos equilíbrios macroeconómicos”, em Mosca (2010: 223).

²⁸ “O PROAGRI I quando foi desenhado, era para o aumento da produção, produtividade, investigação e extensão. No decorrer da sua implementação, a ênfase mudou para a capacitação institucional e recursos humanos (bolsas de estudo, extensionistas, formação, materiais de formação, etc.). Na análise realizada ao PROAGRI I, concluiu-se que MINAG atingiu esse objectivo mas os impactos no terreno foram limitados, devido à grande ênfase atribuída à capacitação. Há assim sentimentos diferentes sobre os resultados do PROAGRI”. Entrevista de Palmira Vicente a 3 de Julho de 2009, em Mosca (2010: 377-379). Palmira Vicente No momento da entrevista, era engenheira agrónoma e assessora para o desenvolvimento rural na embaixada da Irlanda. Para leituras sobre esta matéria, veja MINADER e KIT (2000) e Grupo Moçambicano da Dívida (2004).

capacidade dos órgãos do Estado desenvolverem algumas das funções, como, por exemplo, a regulação e fiscalização, monitoria técnica, informação estatística, extensão e investigação.

De algum modo associado aos dois *bullets* anteriores, pode-se referir ao princípio da estabilidade institucional, dos mercados, da propriedade, das políticas económicas e da evolução da economia, da situação social, política e militar, entre outras. Estes são aspectos fundamentais não apenas do ambiente de negócios, mas associados ao risco da imprevisibilidade difícil de se equacionar e considerar-se nas análises dos investimentos.

O investimento público na agricultura tem sido principalmente na extensão rural, investigação, regadios, sistemas de créditos bonificados e formação de técnicos, Cassamo, Mosca e Dada (2013).

Conforme se pode observar em Cassamo, Mosca e Dadá (2013), o investimento público é baixo (poucos recursos, se analisado o orçamento agrário/PIB) possui percentagens baixas de execução (o que revela défice executivo das instituições do aparelho de Estado do sector), irregular, na alocação de fundos (variabilidade interanual), e inconstante, nas prioridades, se analisado por rubricas. As zonas (Norte, Centro e Sul) possuem alocações de recursos desiguais e desproporcionados com os respectivos potenciais produtivos, produções realizadas e número de explorações.

Os mesmos autores concluem: “Em síntese, este estudo revela que o orçamento de Estado para a agricultura não tem sido utilizado como um potente instrumento de política económica, não transparece a existência de alguma política agrária de longo prazo, existem sinais de baixa eficiência e de critérios pouco claros quanto às prioridades na alocação de recursos dentro da agricultura e pelas regiões segundo o potencial produtivo”, Cassamo, Mosca e Dada (2013. 43).

Referindo-se à investigação, Uaiene (2012: 64) afirma: “Um estudo da despesa pública na agricultura, Banco Mundial (2011), indica que a investigação agrária recebia apenas 0,24% do Produto Interno Bruto, gerado pela Agricultura (AgPIB) o que corresponde a 3 vezes menos a média da África Sub-Sahariana. Os países desenvolvidos, com 1,9% estão próximos do investimento considerado ideal (2%) para obter os resultados desejados na investigação e inovação agrária”. Estima-se que cerca de 80% do investimento em investigação é suportado por recursos externos.

Sobre a extensão rural, o mesmo autor acrescenta, na página 65: “Serviços de extensão têm limitada cobertura mas, onde esses serviços estão disponíveis, o rendimento do agricultor, a partir de culturas, tem aumentado. O aumento da produtividade podia ser maior se houvesse diversidade nas mensagens técnicas e todos os serviços de apoio estivessem funcionando em pleno”.

Em coerência com o quadro teórico e a análise estatística subsequente, pode afirmar-se que o investimento no sector agrário possui as seguintes características contextuais:

- Os volumes públicos e privados de investimento são baixos, relativamente ao PIB. Para além dos volumes baixos, ressalta-se, ainda, a importância de conhecer a eficácia e eficiência dos investimentos. Não existem estudos para uma apreciação fundamentada. Porém, existem evidências de investimentos sem os resultados esperados, como, por exemplo, nos regadios.
- Mesmo sem estimações quantitativas, pode afirmar-se que existe uma elevada perda de investimento (sobretudo de plantações perenes) e infra-estruturas produtivas.
- O investimento na agricultura representa, juntamente com os empréstimos externos, cerca de 97% do total investido no sector.

- As *commodities* atraem o investidor estrangeiro, que, na maioria das culturas, opta pelo sistema de subcontratação e de transferência de recursos para o exterior, no quadro das respectivas cadeias de valor.
- O orçamento do Estado para a agricultura revela-se inconstante, em termos de estabilidade interanua do volume de recursos e segundo a alocação de recursos por rubricas (objectivos).
- Persistem ambientes de elevado risco e imprevisibilidade, que, certamente têm efeitos diferenciados sobre o investimento no sector agrário, comparativamente com o investimento em outros sectores, cujos centros de decisão e as unidades produtivas se localizam nos centros urbanos.

Não menos importante, pode referir-se que a redução do capital fixo produtivo terá elevados custos para a economia, requererá elevados investimentos e a recuperação será de longo prazo. Pode, ainda, questionar-se acerca da possibilidade de recuperação de algumas posições de Moçambique, no mercado mundial e se os actuais contextos internacionais permitirão que alguns dos investimentos de recuperação sejam rentáveis e competitivos.

4. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado, utilizando, primeiramente, uma análise descritiva a partir de gráficos de evolução e concentração, e, posteriormente, uma análise correlacional, a partir de métodos econométricos. São usados dados secundários de diferentes fontes.

Como as variáveis a usar possuem unidades de medidas diferentes e como forma de reduzir a dispersão dos dados, procedeu-se à sua logaritmização. A análise econométrica foi desenvolvida a partir do EVIEWS7.

Para o estudo dos dados macroeconómicos, recorreu-se, fundamentalmente, aos métodos estatísticos de regressão múltipla e linear, e de correlações para cálculo do tipo de investimento que mais influencia a produção agrária.

A informação estatística foi obtida de várias fontes, principalmente, do Banco de Moçambique (BdeM), Instituto Nacional de Estatística (INE), página Web Governo de Moçambique (GM), Banco Mundial (WB), *Food and Agriculture of the United Nation* (FAO), Orçamento Geral do Estado (OGE) e Centro de Promoção de Investimento (CPI).

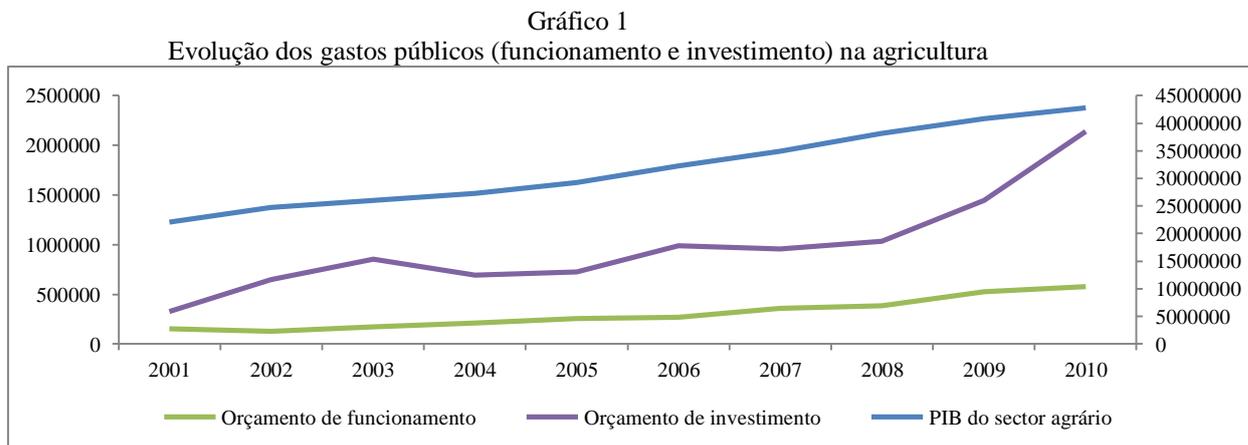
Considerando a difícil acessibilidade a dados estatísticos de longo prazo, tornou-se difícil a utilização de uma série temporal maior, para todas as variáveis em estudo. Com esta restrição, optou-se pela análise do período entre os anos de 2001 e 2010. O período curto analisado aconselha a cautelas nas conclusões a serem retiradas.

Este estudo não refere, por escassez de informação, a evolução do *stock* do capital, no sector agrário.

5. APRESENTAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

A informação estatística apresentada, nesta secção, refere-se ao investimento directo e aos empréstimos, estrangeiro e nacional.

5.1 Investimento público



Fonte: Despesas públicas – OGE e WB, PIB do sector agrícola – INE²⁹.

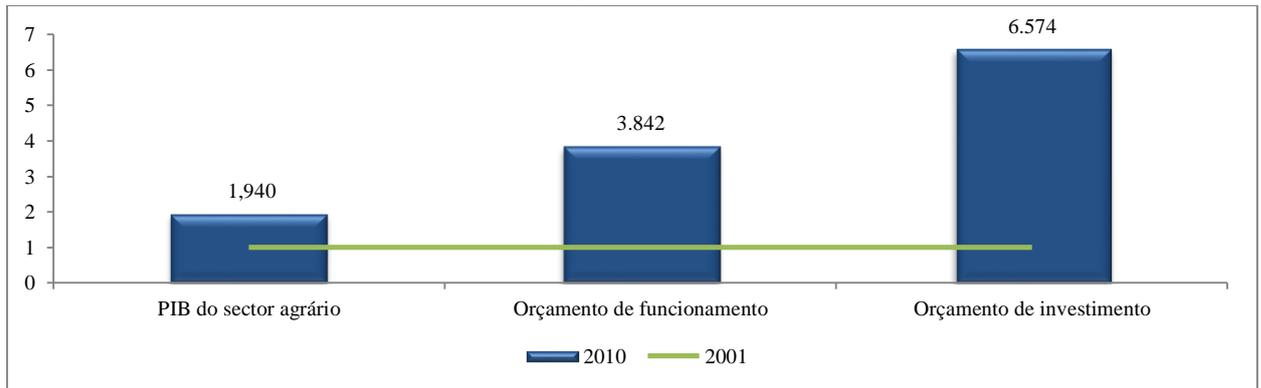
Observa-se uma tendência crescente das despesas públicas de funcionamento e investimento no sector agrícola. Pode verificar-se também, que, na última década, a evolução das despesas orçamentais de investimento na agricultura é divergente, tanto em relação com a produção agrícola, como relativamente às despesas de funcionamento³⁰, o que é confirmado, em termos quantitativos, pelo gráfico acima apresentado. Enquanto as despesas de funcionamento revelam uma tendência crescente e continuada, a linha representativa do investimento público revela-se inconstante (aumentos e diminuições, ritmos diferentes nas variações interanuais, embora com uma tendência de crescimento mais rápido)

²⁹ Optou-se por uma segunda escala para o PIB do sector agrícola, para melhor apresentar a evolução dos indicadores.

³⁰ Analisado o grau de explicação do orçamento de investimento e funcionamento sobre a produção agrícola, Mosca (2013) aponta que só 9.65% da variabilidade do sector agrícola é explicada pelo orçamento de investimento. O coeficiente de variação não é estatisticamente significativo. O orçamento de funcionamento explica cerca de 98% da variação da produção agrícola e o coeficiente de variação é estatisticamente significativo com 99% de confiança.

Gráfico 2

Evolução do PIB e dos gastos públicos no sector agrário, entre 2001 e 2010, a preços constantes de 2001, sendo 2000=1

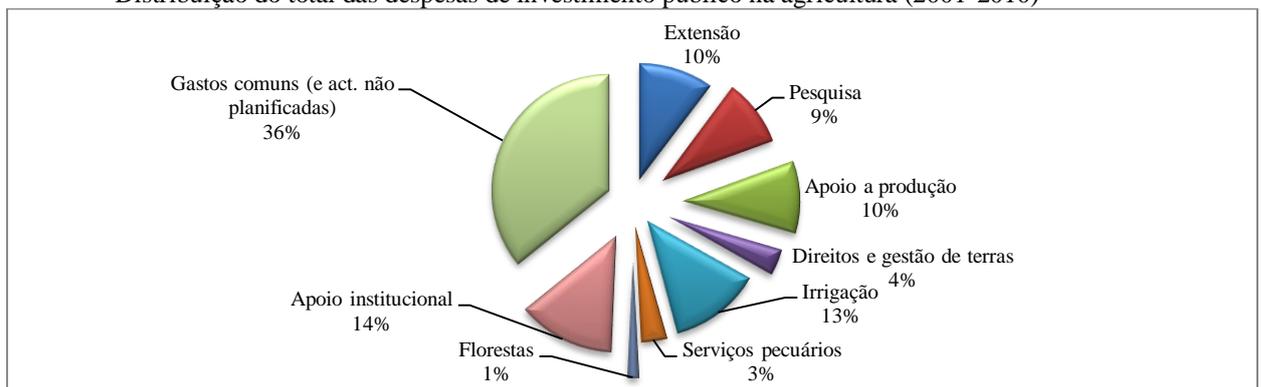


Fonte: Elaboração do grupo de investigação³¹.

Entre 2001 e 2010, o PIB do sector agrário e as despesas públicas tiveram aumentos significativos. A produção agrícola cresceu em cerca de 95%, enquanto o crescimento das despesas de funcionamento e de investimento teve incrementos de 284% e 557%, respectivamente. Embora o período de análise seja curto, podem existir sinais de preocupação acerca da eficiência dos investimentos realizados pelo Estado³².

Gráfico 3

Distribuição do total das despesas de investimento público na agricultura (2001-2010)



Fonte: Elaboração do grupo de investigação³³.

Pode observar-se que na última década, 50% do orçamento de investimento público na agricultura foi gasto em actividades não planificadas e no apoio institucional. A extensão, a pesquisa e o apoio à produção, totalizam perto de 30% do total do orçamento do Estado entre 2001-2010³⁴. A irrigação teve uma alocação de 13% do orçamento total.

Gráfico 4

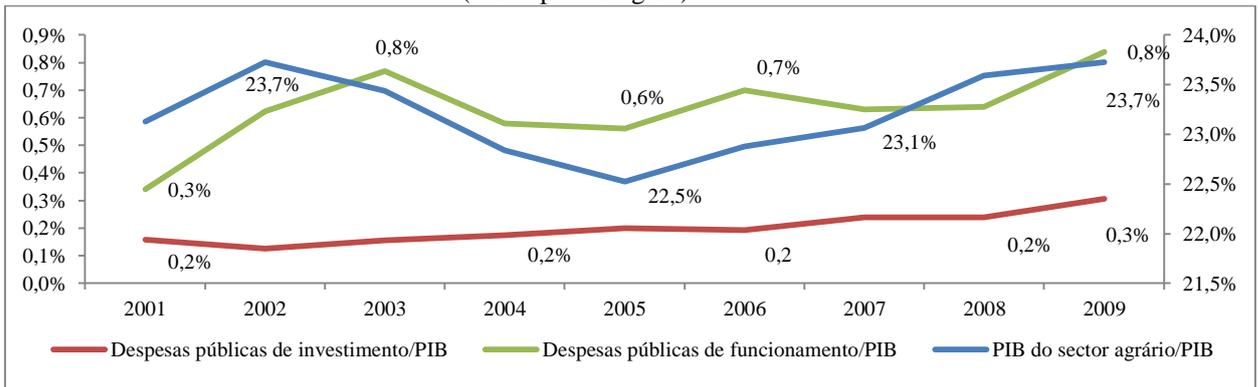
³¹ A informação do PIB do sector agrário foi retirada do INE.

³² Na secção 6, existem alguns resultados que indicam a relação entre o investimento e a produção.

³³ Elaborado com base nos dados do Banco Mundial (2011) e nas contas gerais do Estado. Calculado a partir do rácio do somatório das despesas de investimento público por função/ despesas de investimento público para a agricultura.

³⁴ Estudos, como o de Cassamo, Mosca e Dadá (2013), mostram que os investimentos públicos na extensão, no apoio à produção e pesquisa, explicam a variação da produção agrícola em cerca de 95% e que o coeficiente de variação é significativo com 99% de confiança. Os gastos comuns em actividades não planificadas apenas explicam cerca de 50% e que a variável torna-se significativa ao nível de 5%.

Evolução (em percentagem) das despesas públicas e do PIB do sector agrícola em função do PIB nacional (ver as percentagens)

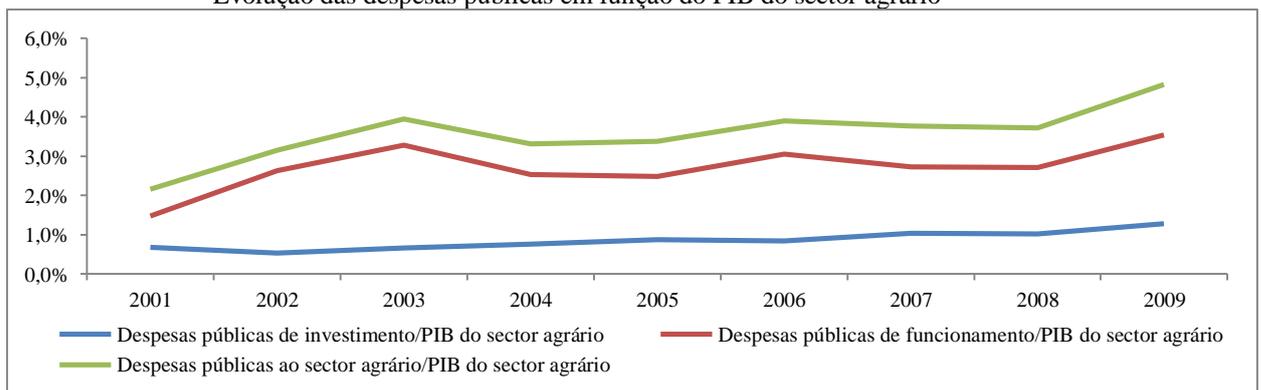


Nota: Escala da direita relativa a PIB do sector agrícola/PIB.

Fonte: Elaboração do grupo de investigação³⁵.

Pode observar-se a partir do gráfico acima, que a percentagem do PIB nacional destinada às despesas públicas na agricultura é muito baixa. No entanto, o contributo do sector agrícola na formação do PIB é de cerca de 22% a 24%.

Gráfico 5
Evolução das despesas públicas em função do PIB do sector agrícola



Fonte: Elaboração do grupo de investigação³⁶.

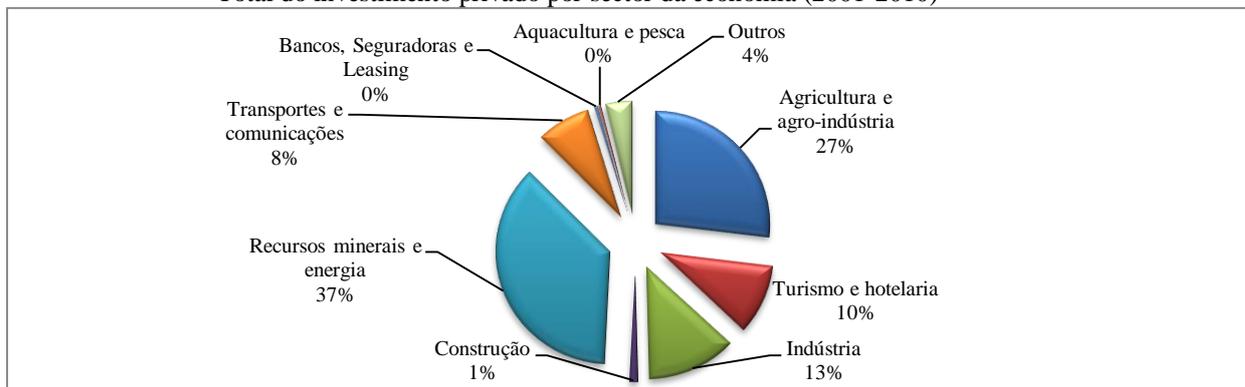
Pode observar-se que a percentagem do PIB agrícola, destinada às despesas públicas para este sector, tem uma tendência crescente, entre 2001 e 2009, não excedendo os 5% (verificado em 2009).

³⁵ Elaborado com base nos dados do OGE e do PIB nacional, do INE. Optou-se por uma segunda escala à proporção do PIB agrícola pelo PIB nacional

³⁶ Elaborado com base nos dados do OGE.

5.2 Investimento privado

Gráfico 6
Total do investimento privado por sector da economia (2001-2010)

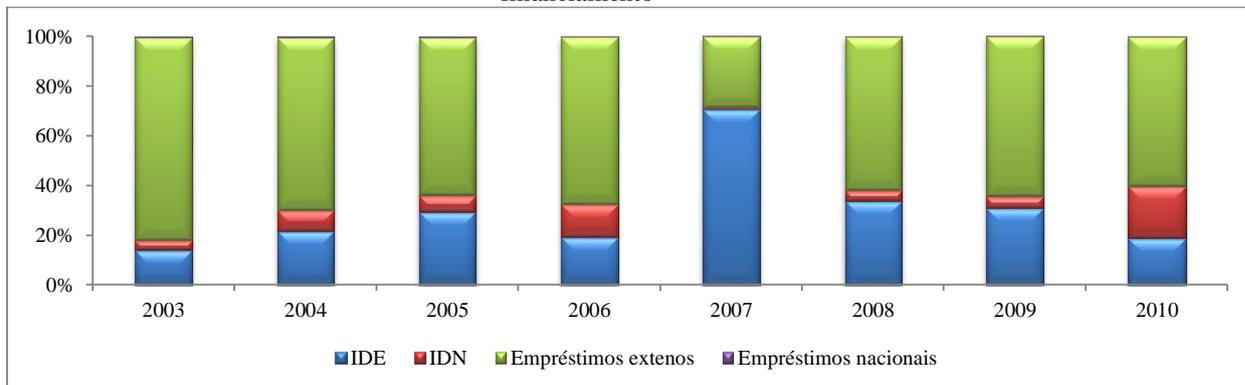


Fonte: Elaboração do grupo de investigação³⁷.

Analisando o gráfico acima, conclui-se que de 2001 a 2010, o sector dos recursos naturais e energia absorveu cerca de 37% do total do investimento privado. No mesmo período, 27% destinou-se ao sector da agricultura e agro-indústrias. Também pode observar-se que, do total do investimento, 13% foi realizado na indústria e 10%, para o sector de turismo e hotelaria.

O investimento na agricultura concentra-se nas culturas do açúcar, algodão, caju (comercialização e sector industrial) e tabaco. Nas culturas alimentares, destacam-se alguns investimentos de produtores de média escala, que produzem essencialmente hortícolas, batata, pecuária (bovino e pecuária semi-intensiva de pequenas espécies em redor dos principais centros urbanos). Existem, ainda, investimentos em empresas de comercialização de produtos alimentares.

Gráfico 7
Evolução percentual do total do investimento privado no sector agrário, em percentagem das fontes de financiamento



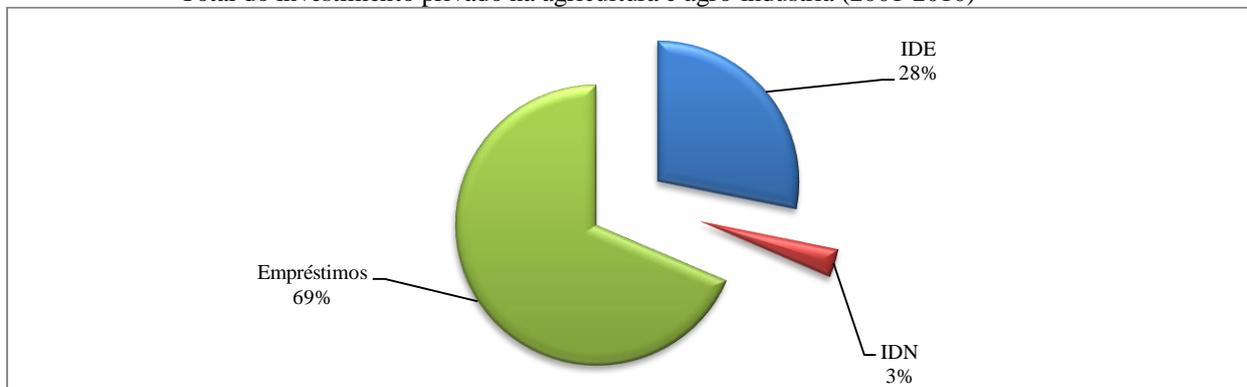
Fonte: Elaboração do grupo de investigação.

Observa-se, a partir do gráfico nº 7, que maior parte do investimento realizado no sector agrário provém do exterior, tanto sob a forma de IDE, como de empréstimos. Exceptuando o ano de 2007, os empréstimos externos representam a maior parte do investimento realizado no sector agrário.

³⁷ Elaborado com base nos dados do CPI. Onde o total de investimento é o somatório do IDE, IDN e os empréstimos externos e nacionais. Calculado a partir do rácio do somatório do total de investimento por função/ Total de investimentos.

Fazendo a análise do investimento privado nacional, pode notar-se que tanto o IDN assim como os empréstimos nacionais contribuem com uma fracção muito pequena do total do investimento no sector. A proporção do IDN é superior aos empréstimos realizados pelo sistema financeiro nacional, o que significa uma baixa demanda de crédito à banca pelo sector agrário e, por outro lado, confirma os constrangimentos da oferta de crédito.

Gráfico 8
Total do investimento privado na agricultura e agro-indústria (2001-2010)

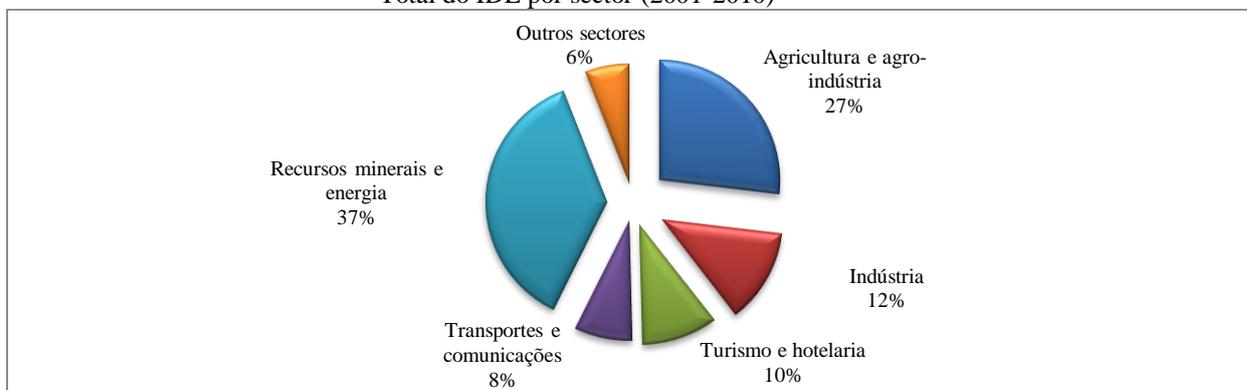


Fonte: Elaboração do grupo de investigação³⁸.

Confirma-se que cerca de 70% do investimento privado realizado na agricultura, na última década, tem como fonte de financiamento empréstimos externos. No mesmo período, o IDN contribui com apenas 3%. Verifica-se que, entre 2001 e 2010, o IDE representa perto de 30% do total do investimento privado realizado na agricultura.

5.3 Investimento directo estrangeiro na agricultura.

Gráfico 9
Total do IDE por sector (2001-2010)



Fonte: Elaboração do grupo de investigação³⁹.

Tomando em atenção o gráfico acima, observa-se que na última década, 37% do IDE esteve concentrado no sector dos recursos minerais e energia.

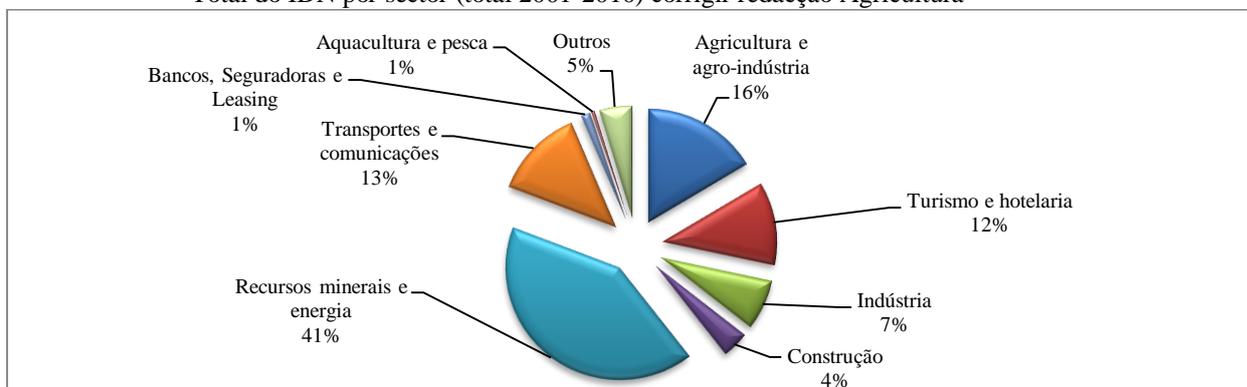
Verifica-se, também, que o sector agricultura e agro-indústrias concentram cerca de 27% do investimento directo estrangeiro⁴⁰, seguido pelo IDE realizado no sector de indústrias, com 12%.

³⁸ Elaborado com base nos dados do CPI (2011). Calculado a partir do rácio do somatório do tipo de investimento/ investimento privado total para a agricultura e agro-indústria.

³⁹ Elaborado com base nos dados do CPI. Calculado a partir do rácio do somatório do IDE por função/ somatório do IDE.

5.4 Investimento directo nacional no sector agrário

Gráfico 10
Total do IDN por sector (total 2001-2010) corrigir redacção Agricultura

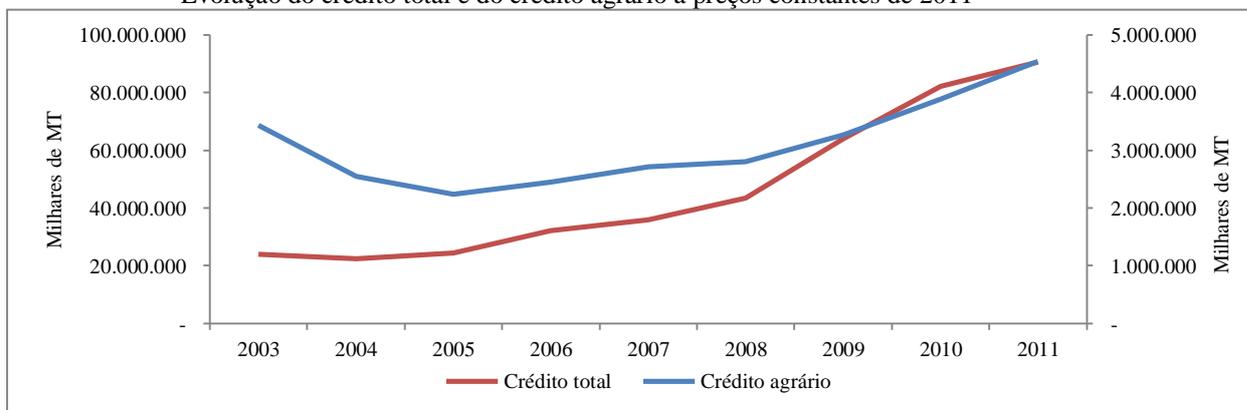


Fonte: Elaboração do grupo de investigação⁴¹.

O gráfico acima representa o investimento directo nacional nos diversos sectores. Observar-se que 41% dos investimentos realizados na última década destinaram-se ao sector dos recursos minerais e energia. Verifica-se ainda que 16% do IDN foi realizado no sector agrário e agro-indústrias e 7% dos investimentos realizados destinaram-se ao sector das indústrias.

5.5 Crédito ao sector agrário

Gráfico 11
Evolução do crédito total e do crédito agrário a preços constantes de 2011



Nora: A escala da direita corresponde com o crédito agrário.

Fonte: Banco de Moçambique⁴².

Pode observar-se que o crédito agrário, de um modo geral, apresenta, nos últimos anos, uma tendência de aumento dos seus valores, ainda que de 2003 a 2005 estes estivessem em declínio.

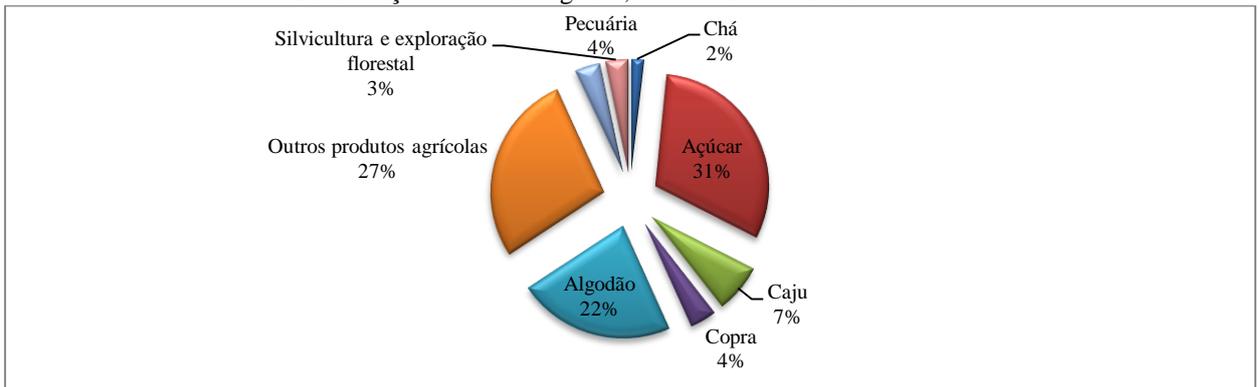
À semelhança do crédito agrário, o crédito total à economia também apresentou uma tendência crescente. A partir de 2008, existe uma aceleração desse crescimento⁴³.

⁴⁰ De acordo com Vicente (2012), o grande fluxo de investimento directo estrangeiro para o sector da agricultura e agro-indústria deveu-se, fundamentalmente, aos grandes projectos realizados onde se destacam, por exemplo, os projectos de plantio de eucalipto (Portucel Moçambique), em 2009 e também o projecto de reflorestamento (*Lurio Green Resources*), implementado também em 2009, Vicente (2012).

⁴¹ Elaborado com base nos dados do CPI. Calculado a partir do rácio do somatório do IDN por função/ Total do investimento nacional.

⁴² Optou-se por colocar o crédito agrário numa segunda escala, como forma de melhor apresentação e compreensão do gráfico

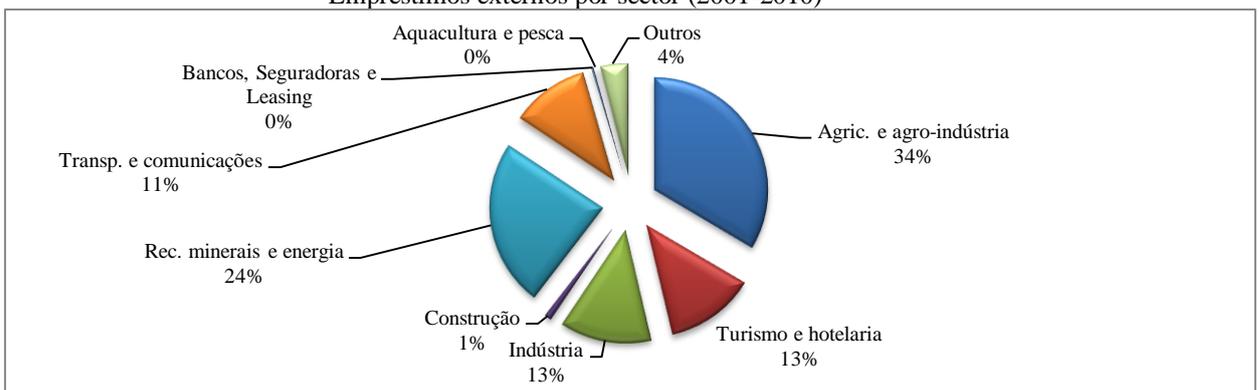
Gráfico 12
Distribuição do crédito agrário, total de 2003 a 2011



Fonte: Elaboração do grupo de investigação.⁴⁴

Pode observar-se que de 2003 a 2011, destinou-se às culturas do algodão e o açúcar, pouco mais de 50% do crédito nacional concedido ao sector agrário. Verifica-se, também, que outras 5 culturas (a silvicultura e exploração florestal, o chá, a pecuária, o caju e a copra) representam cerca de 20% do total do crédito agrário.

Gráfico 13
Empréstimos externos por sector (2001-2010)



Fonte: Elaboração do grupo de investigação.⁴⁵

Pode verificar-se que de 2001 a 2010, 34% dos empréstimos do exterior foram para o sector da agricultura e agro-indústria, sendo assim, o sector que concentrou o maior volume de empréstimos. Observa-se, ainda, que dos empréstimos recebidos do exterior na última década, o sector dos recursos minerais e energia obteve perto de 1/4 (24%), seguindo-se os sectores de turismo e hotelaria (13%), a indústria (13%) e transporte e comunicação (11%).

⁴³ Mosca (2012), citado por Mosca *et al* (2013), justifica o rápido crescimento do volume de crédito total da economia Moçambicana, principalmente, como resultante de políticas económicas populistas, que representa, neste caso, uma política monetária (e creditícia) expansiva.

⁴⁴ Elaborado com base nos dados do Banco de Moçambique. Calculado a partir do rácio do somatório do crédito agrário por cultura/ somatório do crédito agrário.

⁴⁵ Elaborado com base nos dados do CPI. Calculado a partir do rácio do somatório dos empréstimos por função/ somatório do IDE.

6. ANÁLISE ECONOMÉTRICA DOS DIFERENTES INVESTIMENTOS

6.1 Correlações

Quadro 1
Correlações

	PIB do sector agrícola	Despesas de investimento	Investimento total	IDE	IDN	Empréstimos externos	empréstimos nacionais	Gastos comuns (e act. não planificadas)	Extensão	Apoio a produção	Pesquisa	Extensão, pesquisa e apoio a produção
PIB do sector agrícola	1											
Despesas de investimento	0.201	1										
Investimento total	0.600	0.220	1									
IDE	0.518	0.233	0.957	1								
IDN	0.722	-0.156	0.541	0.346	1							
Empréstimos externos	0.622	0.099	0.966	0.865	0.653	1						
empréstimos nacionais	0.681	-0.445	0.632	0.500	0.836	0.736	1					
Gastos comuns (e act. não planificadas)	0.710	-0.354	0.412	0.212	0.650	0.537	0.624	1				
Extensão	0.942	-0.240	0.578	0.534	0.576	0.610	0.633	0.581	1			
Apoio a produção	0.902	0.131	0.654	0.593	0.713	0.622	0.607	0.469	0.831	1		
Pesquisa	0.817	-0.079	0.335	0.341	0.592	0.307	0.414	0.326	0.765	0.833	1	
Extensão, pesquisa e apoio a produção	0.961	-0.113	0.570	0.536	0.655	0.567	0.601	0.515	0.952	0.931	0.910	1

Fonte: Elaboração do grupo de investigação⁴⁶.

Analisando o quadro das correlações, o sector agrícola possui uma correlação positiva forte com os investimentos feitos em pesquisa, em extensão, com o apoio a produção, e com o somatório dos investimentos feitos em pesquisa, extensão e apoio a produção. Estes resultados são concordantes com os obtidos na análise do orçamento do Estado para a agricultura, Cassamo, Mosca e Dada (2013).

Pode verificar-se também que os investimentos em gastos comuns e actividades (act.) não planificadas, apresentam uma correlação positiva não forte (0.710) com a produção agrícola. Ressalta-se que entre 2001 e 2010, um pouco mais de 1/3 (36%) do orçamento de investimento destinou-se a estes gastos. Contrariamente, os recursos investidos em menor proporção para os programas de extensão, pesquisa e apoio à produção, apresentam as mais fortes correlações com o PIB, situando-se acima dos 0,9. Significa que os gastos com maiores efeitos sobre a produção absorvem uma baixa proporção do orçamento. O contrário é verdadeiro: os gastos com menores efeitos sobre a produção concentram uma elevada percentagem das despesas públicas. Pode questionar-se acerca das prioridades de alocação dos recursos públicos na agricultura

Relativamente ao investimento público privado e externo, das correlações moderadas, os investimentos privados e os empréstimos nacionais possuem a maior correlação positiva com o sector agrícola, quando comparados com os investimentos públicos e externos. Verifica-se ainda que as despesas de investimento apresentam a menor correlação com a produção agrícola e o investimento directo estrangeiro tem uma correlação de positiva de (0.518). Pode ainda observar-se que as variáveis independentes estão fortemente correlacionadas entre si, o que pode traduzir-se em problemas de multicolinearidade do modelo. Por esta razão, fez-se uma análise a partir da regressões simples, no quadro do princípio *ceteris paribus*, isto é, analisa-se individualmente cada variável independente supondo as restantes constantes.

⁴⁶ Para o cálculo das correlações usou-se o coeficiente de Pearson. O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1. O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversa, ou seja quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis, sobre a fórmula:

$$r = \frac{\sum(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum(x_i - \bar{x})^2)(\sum(y_i - \bar{y})^2)}}, \text{ para uma melhor compreensao veja Gujarate (2002).}$$

6.2 Análise de regressão simples

Quadro 2
Regressões simples

γ	χ	B	std. error	t (sig.)	R ²	AIC	SC	F (sig.)	DW
PIB Sector agrário	Constante	14.62	2.85	0.00	9.6%	1.63	1.57	0.20	1.08
	Despesas de investimento Público	0.21	0.22	0.38					
	Constante	14.74	1.29	0.00	36.0%	-0.49	-0.44	0.09	1.03
	Investimento total	0.12	0.06	0.09					
	Constante	16.14	1.17	0.00	10.2%	0.04	0.10	0.37	0.34
	IDE	0.06	0.06	0.37					
	Constante	14.78	1.26	0.00	32.8%	-0.25	-0.19	0.08	0.45
	IDN	0.14	0.07	0.08					
	Constante	15.92	1.86	0.00	6.1%	0.09	0.15	0.49	0.22
	Empréstimos externos	0.06	0.09	0.49					
	Constante	8.49	3.58	0.05	46.3%	-0.66	-0.62	0.04	0.43
	Empréstimos nacionais	0.59	0.24	0.04					
	Constante	10.67	2.16	0.00	53.6%	-0.62	-0.56	0.02	0.56
	Gastos comuns (e act. não planificadas)	0.52	0.17	0.02					
	Constante	15.31	0.22	0.00	91.0%	-2.26	-2.20	0.00	1.71
	Extensão	0.18	0.02	0.00					
	Constante	14.77	0.03	0.00	86.7%	-1.87	-1.81	0.00	1.43
	Apoio a produção	0.22	0.35	0.00					
	Constante	13.54	0.07	0.00	75.3%	-1.25	-1.19	0.00	1.21
Pesquisa	0.33	0.75	0.00						
Constante	14.11	0.27	0.00	94.5%	-2.75	-2.69	0.00	1.50	
Extensão, pesquisa e apoio a produção	0.26	0.02	0.00						

Fonte: Elaboração do grupo de investigação⁴⁷.

Analisando o quadro acima, onde sector agrário é tido como variável dependente, pode observar-se através do teste F (sig.) e t (sig.), que todas as regressões com excepção das despesas de investimento e do IDE, são estatisticamente significantes. Rejeita-se a hipótese nula, o que quer dizer que estas variáveis explicam isoladamente as variações do PIB do sector agrário, ou seja os coeficientes são diferentes de zero.

Analisando a relação entre o sector agrário e o total dos investimentos realizados na última década no sector agrário, pode afirmar-se que 36% da variabilidade do primeiro é explicada pela segunda variável, sendo que esta tem uma influencia positiva e estatisticamente significativa a 10 % de (0.12) sobre a variável dependente. Tendo em conta o teste de Durbin-Watson (1.03), verifica-se que existem evidências de uma autocorrelação serial.

Considerando o sector agrário e o IDE, pode observar-se que pouco mais de 10% da variabilidade da variável dependente é explicada pela independente. Contudo os testes F (sig.) e t (sig.), indicam que esta variável não apresenta uma influencia estatisticamente significativa, isto é, não se pode rejeitar a hipótese inicial de que o coeficiente seja igual a zero. Fazendo a análise do teste de Durbin-Watson, verifica-se que existem evidências fortes de uma autocorrelação serial.

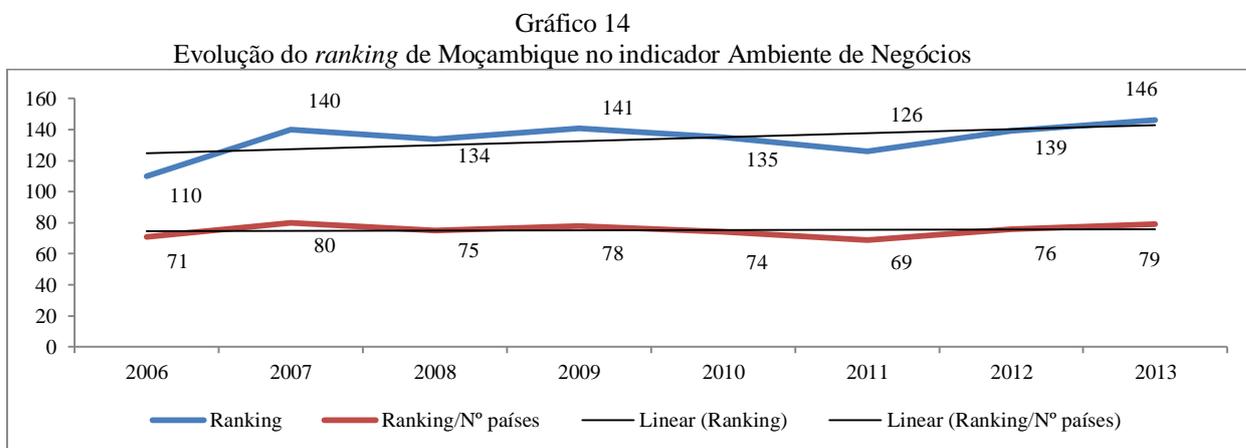
Da análise do PIB do sector agrário e do IDN, os testes F (sig.) e t (sig.), pode concluir-se que esta variável torna-se estatisticamente significativa a 10% e que perto de 33% da variabilidade do PIB do sector agrícola é explicada pelo investimento privado Moçambicano. Verifica-se que os testes SC e AIC, apresentam valores negativo, o que reforça a evidencia desta variável ser

⁴⁷ Regressão linear é a técnica estatística que procura explicar as variações de uma variável em função das variações de outra variável, o modelo diz-se linear porque é linear nos parâmetros, não necessariamente nas variáveis. Pode ser genericamente representado pela seguinte equação: $\gamma = \beta_0 + \beta_1 x + \varepsilon$.

estatisticamente significativa, embora não se possa rejeitar a ausência de autocorrelação serial, indicada pelo teste de Durbin-Watson.

7. AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO SECTOR AGRÁRIO

7.1 *Doing Business* em Moçambique



Fonte: Transparency International (www.transparency.org). Elaboração dos autores.

O gráfico acima revela um agravamento do ambiente de negócios, comparativamente aos outros países. O indicador Ranking (de Moçambique) / Nº de países avaliados revela a posição relativa de Moçambique no conjunto de países avaliados. Após melhorias entre os anos 2007 e 2010, o país sofre um agravamento desse indicador.

7.2 Ambiente de negócios na agricultura⁴⁸

A Avaliação da Evolução do Ambiente de Negócios em Moçambique 1996 – 2013 constata as seguintes conclusões:

“A reforma prevista em meados da década de 90 não se materializou.

- As reformas realizadas têm sido pequenos “ajustes” em vez de mudanças paradigmáticas e estruturais.
- Os investimentos dos doadores com relevância para o sector privado não produziram os resultados esperados.
- Falta de uma visão comum sobre o desenvolvimento de Moçambique e uma política de acompanhamento abrangente para o ambiente de negócios. Moçambique não tem uma estratégia ampla para a Melhoria do Clima de Investimento ou para a Competitividade das Empresas.
- Aprovaram-se reformas que, na sua maioria, não foram acompanhadas pela sua implementação. A falta de implementação pode estar associada a: (1) falta de vontade política; e, (2) poder político insuficiente no seio dos órgãos do governo responsável por supervisionar as reformas.
- Ao longo dos 16 anos de mecanismos consultivos, 18 acções no sector agrário foram listadas para resolução e nenhuma foi concluída satisfatoriamente.
- O crescimento liderado pelo sector extractivo não será suficiente para levar a um desenvolvimento económico alargado, à criação de emprego em grande escala e a melhorias generalizadas no desenvolvimento humano”.

⁴⁸ Relatório produzido pela CTA (Confederação das Associações Económicas de Moçambique) e pela ACIS (Associação Comercial e Industrial de Sofala), que avalia o progresso na reforma do ambiente de negócios no período 1996 – 2013. A presente secção é uma transcrição da apresentação em *power point* realizada por Carlos Henrique, no dia 3 de Dezembro de 2013, num debate público, promovido pelo Observatório do Meio Rural (OMR).

Carlos Henriques (2013) considera as seguintes limitações específicas do desenvolvimento agrícola:

- **Investigação aplicada:** as tecnologias agrícolas hoje utilizadas em Moçambique foram desenvolvidas há mais de 20 anos.
- **Extensão:** A debilidade da extensão agrícola, que tem por objectivo introduzir inovações técnicas, que permitam o aumento da produção agrícola de forma efectiva e o aumento de produtividade dos recursos, para que a agricultura contribua para o desenvolvimento da economia nacional.
- **Crédito:** o desenvolvimento da agricultura não se pode fazer sem crédito, seja este obtido no sector bancário, ou no sector informal.
- **Intensificação da produção:** não se pode pensar que o sistema actual de exploração da terra, em que se utiliza uma parcela durante 4 anos e de seguida se desbrava mais uma área da floresta para se fazer a nova parcela seja sustentável. A intensificação da produção pela introdução de adubos orgânicos ou inorgânicos é uma necessidade absoluta, que tem de ser acompanhada pela utilização de herbicidas, que aumenta a produtividade da força de trabalho e pelos insecticidas.
- **Ação do Estado:** é necessário um Estado mais eficiente que consegue providenciar o ambiente de negócios, que promove o desenvolvimento de toda a sociedade sem interferência directa. Destacamos algumas:
 - Uma moeda sobrevalorizada, como é o caso do metical, prejudica a produção doméstica e favorece apenas a importação.
 - Mudanças bruscas de legislação não beneficiam em nada o ambiente de negócios. Agora surge um Decreto-Lei que impõe margens na comercialização de 12 produtos de consumo.
 - Inúmeras aprovações para conduzir qualquer transacção implicam pessoal adicional nas empresas e custos acrescidos.
- **Custos de transacção:** uma das formas de medir a competitividade na nossa produção é fazer a comparação das vantagens e desvantagens que temos em relação aos nossos vizinhos. As condições de clima, bons solos, disponibilidade de terra e o facto de a produção ser feita relativamente perto dos portos em Moçambique, deveriam constituir vantagens a nosso favor, quando comparamos a nossa situação com a da África do Sul. A realidade, no entanto, é a seguinte:
 - Os custos de transporte rodoviário, que é o principal meio de transporte utilizado para a produção de alimentos, são 3.75 vezes mais caros.
 - O transporte representa 15% dos custos de produção nos produtos agrícolas, de forma geral;
 - As inúmeras taxas aplicadas às operações comerciais, que são custos do estado, mas cobradas às empresas como janela única, inspecção não intrusiva, entre outras;
- **Infra-estruturas:** o facto de a economia ser pouco desenvolvida significa que não há empresas que possam prestar serviços de qualidade aos operadores agrícolas. As empresas têm de realizar operações, elas próprias, que não são essenciais à sua actividade, nomeadamente, transporte, oficinas mecânicas e de electricidade, equipamentos e brigadas de reabilitação de estradas, etc., o que significa custos acrescidos.
- **Défice de fornecedores de serviços eficazes para a agricultura.** O sistema complexo para a importação de sobressalentes e órgãos mecânicos leva a que uma importação demore no mínimo várias semanas. O resultado são inventários enormes de *stocks*, que as empresas têm de fazer e elevados custos.

- **A falta de coesão e representação do empresariado:** o empresariado tem uma enorme dificuldade em se organizar e constituir foros de discussão construtiva para delinear as acções necessárias para alterar o estado actual das coisas. O empresário tem receio de enfrentar os órgãos públicos de decisão temendo represálias.

Na mesma apresentação, foram considerados os seguintes constrangimentos à actividade privada na agricultura:

- Administração da Justiça: a resolução em tribunal de disputas, quer comerciais quer laborais, são extremamente lentas e não têm fim a curto ou médio prazo, o que limita a actuação do operador comercial que pretende resolver, em sede própria, as disputas comerciais.
- Serviços públicos agrícolas: os serviços públicos que são prestados, nomeadamente, de fitossanidade, libertação e registo de variedades, registo e controlo de pesticidas, investigação, funcionam muito deficientemente. Os resultados de investigação nas culturas alimentares são muito pouco conhecidos e continua a não haver disponibilidade de sementes melhoradas.
- Fisco: continua a existir o problema dos produtos agrícolas pagarem IVA a partir da segunda transacção;
- A demora ou não reembolso do IVA pago nas aquisições de bens e serviços reduz a competitividade dos produtos nacionais e cria problemas de tesouraria às empresas. A redução de 50% na taxa incidente sobre o combustível continua apenas a beneficiar as actividades feitas na machamba; a redução de 50% da taxa de combustível e a redução da tarifa de energia eléctrica para irrigação não se têm revelado suficientemente motivadores para atrair investimento na produção alimentar, por a sua administração ser complexa e os agricultores não conseguirem aceder aos mesmos.
- Serviços públicos agrícolas: os serviços públicos que são prestados, nomeadamente, de fitossanidade, libertação e registo de variedades, registo e controle de pesticidas, investigação, funcionam muito deficientemente. Os resultados de investigação nas culturas alimentares são muito pouco conhecidos e continua a não haver disponibilidade de sementes melhoradas”, fim da citação.

8. RESUMO E LIÇÕES DE POLÍTICA

1.1 Resumo

Considerando os objectivos deste texto, a análise e tratamento da informação, pode concluir-se:

- Os pequenos produtores e a produção alimentar não foram priorizados pelas opções públicas reflectidas no investimento (investigação, extensão rural, apoio à produção, entre outros aspectos). O mesmo verifica-se em relação às prioridades dos investidores privados. Contrariamente, os sectores de exportação (açúcar⁴⁹, algodão, caju, tabaco, madeira e florestas), têm merecido importantes investimentos privados realizados por grandes empresas e/ou através do modelo de subcontratação. Assim sendo, pode afirmar-se que a estrutura agrária colonial é aprofundada: a existência de dois sectores, funcionalmente articulados, com um padrão de acumulação centrado nas grandes empresas e sobretudo no exterior, onde é realizado grande parte do valor acrescentado das cadeias produtivas.
- Embora não demonstrado neste texto, parece evidente que o investimento privado surtiu efeitos positivos sobre a produção, produtividade e volumes de exportação, gerou

⁴⁹ No caso do açúcar, o mercado interno é quase totalmente abastecido pela produção local.

emprego no meio rural, aumentou o rendimento das famílias e recuperaram-se infra-estruturas (regadios e fábricas)⁵⁰. Deve-se aprofundar os estudos acerca dos aspectos críticos sobre o regime de concessões, particularmente quanto às opções produtivas dos pequenos produtores (dilema entre a produção de *cash crops* e de *food crops*), aspectos ambientais, acerca da introdução de novas técnicas e factores de produção (insumos) e acerca de dinâmicas sociais no meio rural, as relações económicas considerando ser uma estrutura monopsónica e os reflexos das variações dos preços internacionais sobre o pequeno produtor e ao longo da cadeia produtiva.

- Os investimentos em infra-estruturas (por exemplo, regadios) não mereceram importância nas opções públicas. Os investimentos realizados, até 2010, em regadios, concentraram-se na recuperação parcial e deficiente do sistema de irrigação do Chókwè. Após 2010, tem havido importantes investimentos em sistemas de irrigação de pequena e média dimensão para os pequenos produtores. Porém, na maioria dos casos, os aumentos de produtividade ainda não corresponderam aos investimentos realizados. Embora não se possa ser conclusivo, considerando o período da série temporal analisada e os efeitos do investimento no tempo, os aumentos do investimento e dos gastos de funcionamento do orçamento público da agricultura revelaram incrementos percentuais muito superiores aos aumentos de produção.
- Os investimentos não tiveram efeitos sobre a estrutura produtiva, a dimensão das explorações e as tecnologias utilizadas pela grande maioria dos produtores. Com algumas excepções (por exemplo, na indústria do caju, MOZFOOD e aspectos da indústria açucareira), o investimento privado incidiu, principalmente, na reabilitação e ampliação das capacidades produtivas existentes, sem implicações sobre a modernização do tecido produtivo das empresas agrárias.
- O capital nacional representa, aproximadamente, 3% do total do valor investido na agricultura e na agro-indústria, uma percentagem aproximada, ao analisar-se o total do investimento na economia moçambicana.
- A análise sobre a evolução do ambiente de negócios (*doing business*) revela, principalmente: (1) um empioramento do índice nos últimos 3 anos (2010-2013); (2) poucas alterações fundamentais no ambiente de negócios no sector agrário; (3) os aspectos mais relevantes, para o ambiente de negócios, são de natureza institucional e de mercados, (3) um conjunto de medidas previstas para a melhoria do ambiente de negócios foi muito deficientemente implementado pelo governo.

Da análise quantitativa realizada, pode considerar-se:

- A maior percentagem do investimento público na agricultura foi destinada a actividades não planificadas.
- Considerando o período analisado, as despesas de investimento público têm um efeito estatisticamente não significativo sobre a produção agrícola⁵¹.
- A extensão, o apoio à produção e a pesquisa que possuem maior influência sobre as variações do PIB do sector agrário, possuem baixas alocações de recursos, quando comparados com os gastos em actividades não planificadas. E são estes os serviços que, segundo o tratamento econométrico, menores efeitos provocam sobre os incrementos de produção.
- O investimento total privado apresenta uma relação pouco explicativa da evolução do PIB do sector agrário, com um intervalo de confiança de 90%. Contudo, o investimento privado nacional explica um pouco mais as variações da produção agrícola nacional, quando comparado com o investimento externo, sem, contudo, ser significativo. Esta

⁵⁰ Os casos da recuperação da produção de açúcar e do tabaco, a evolução, embora variável, do algodão e do caju e a emergência do gergelim e da soja, indicam algum dinamismo nas produções agrícolas realizadas pelos pequenos produtores, sobretudo, quando existem empresas que dinamizam essa produção com incentivos, assistência e apoio técnico, fornecimento de insumos e segurança de aquisição da produção.

⁵¹ Foi encontrada semelhante constatação no estudo de Cassamo (2013).

conclusão pode ser explicada pelo facto do investimento estrangeiro incidir sobre determinadas culturas que, no cômputo geral, representam uma baixa proporção da produção agrária.

- Por fim, o modelo multivariado aponta que o PIB do sector agrário não é explicado pelos investimentos feitos, ou seja, o efeito desses investimentos é baixo.

1.2 Lições de política

As principais lições de política que se sugerem são as seguintes:

- Dar maior prioridade aos investimentos públicos em áreas que produzem maiores efeitos sobre o aumento da produção (por exemplo, investigação, extensão e serviços ligado à produção), priorizando os pequenos produtores e a produção de alimentos. Para o efeito, seria necessário o aprofundamento deste estudo, para melhor detecção e análise das elasticidades e eficiência dos recursos utilizados em diversas opções de investimento e segundo o tipo de produtores.
- Criar incentivos diversos para reduzir as desvantagens competitivas do investimento na agricultura, comparativamente com outros sectores de menor risco, maior rentabilidade e período mais curto de retorno do capital. Incentivos fiscais, subsídios à produção *ex post* (em contra partida da produção já realizada) e à modernização (regadio, equipamentos, animais de raças mais produtivas e adaptadas, etc.), créditos bonificados, gestão de mais de uma taxa de câmbios, entre outros, merecem um tratamento holístico no quadro de uma política agrária.
- Incentivar investimentos nacionais e, preferencialmente, de agentes económicos com residência e actividades nos distritos, em zonas geográficas de maior potencial de produtos alimentares básicos, sobretudo, em vias de comunicação secundárias e terciárias, sistemas de conservação da produção pós-colheita, incentivo para a emergência de empresas de serviços (distribuição/venda de insumos, assistência técnica, etc.) e de comercialização agrícola de capitais locais.
- Urge melhorar o ambiente de negócios, sobretudo, nos aspectos que maiores constrangimentos provocam à actividade agrária e identificada em vários estudos.

BIBLIOGRAFIA

- ABAS, Máriam. 2013.** *Competitividade do Subsector do Caju em Moçambique*. Comunicação apresentada na Conferência sobre o Sector Agrário. Observatório do Meio rural, 4 e 5 de Setembro de 2013. Maputo.
- BERNESTEIN, H. 1990.** “Agricultural ‘modernization’ and the Era of Structural Adjustment: Observations on the Sub-Saharan Africa”. *The Journal of Peasant Studies*, 18(1), pp 3-35.
- CASSAMO Américo Izaltino, MOSCA, João e DADÁ, Yasser Arafat 2013.** Orçamento do estado para a agricultura. Observador Rural Nº 9. Documento de Trabalho do Observatório Rural (OMR), Setembro de 2013. Maputo.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. 2003.** *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Económica Mundial*. Editora Caminho. Lisboa.
- GRIFFIN, K. 1974.** *The Political economy of Agrarian Change. An Essay of the Green Revolution*. Cambridge, Harvard University Press.
- GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA (2004):** *Uma visão sobre o ProAgri. Uma análise do Grupo Moçambicano da Dívida (GMD)*. Iraê Baptista Lundin (coordenadora), Chagas Levene e Marlene Germano. Maputo, 30 de Agosto de 2004.
- HENRIQUES, Carlos 2013.** Constrangimentos ao desenvolvimento privado agrário. Palestra proferida na sessão de debates do Observatório do Meio rural. Documento em *power point*. 3 de Dezembro de 2013. Maputo.
- LEITE, Joana Pereira. 1999.** *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Lisboa, UTL, ISEG.
- MATULE, Raimundo (2012):** *Caju: Factores de Competitividade*. Apresentação em *power point*. Observatório do Meio Rural (OMR). Maputo.
- MINADER e KIT (2000):** *O PROAGRI em Moçambique: Reforma Institucional do Sistema de Investigação Agrária*. Maputo, MINADER.
- MOSCA, João. 2004.** *SOS ÁFRICA*. Editora Piaget. Lisboa.
- MOSCA, João. 2010.** *Políticas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editora. Maputo.
- MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2013):** *Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Escolar Editora. Maputo. ISBN 978-972-670-039-3.
- MOSCA, João (coordenação), BARRETO, Gizelda, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2012):** *Competitividade da economia moçambicana*. Lisboa, Escolar Editora. ISBN 978-989-670-029-4
- MOSCA, João e BRUNA, Natacha 2012.** *BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA. Para uma estratégia de substituição de importações?* Observador Rural, Nº 2. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- NOGUEIRA DE MORAIS Isabela. 2013.** *ProSAVANA e os riscos omitidos da produção sob contrato*. OMR, *draft* em base digital.
- SILVA, José Graziano. 1982.** *A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- UAIENE, Rafael. 2012.** “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora, pp. 49-67.

Números publicados

Nº	Título	Autor(es)	Data
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Maçano Fernandes	Mai de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Universidade Politécnica

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011.
Maputo – Moçambique